



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 887/1961

Ementa

PROÍBE DEPOSITAR MATERIAL NA VIA PÚBLICA E ESTACIONAR VEÍCULO NO PASSEIO.

Data da Norma

24/02/1961

Data de Publicação

04/03/1961

Veículo de Publicação

O Jundiaense

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei n° 1130/1960](#) - Autoria: Tarcísio Germano de Lemos

Status de Vigência

Revogada

Observações

**LOGRADOUROS PÚBLICOS - obstrução
TRANSPORTES E TRÂNSITO - estacionamento
Autor: TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS**

Histórico de Alterações

Data da Norma

11/02/1980

07/04/1987

09/01/1996

Norma Relacionada

[Lei n° 2388/1980](#)

[Lei n° 3049/1987](#)

[Lei Complementar n° 174/1996](#)

Efeito da Norma Relacionada

Alterada por

Alterada por

Revogada por

17
12

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



- LEI Nº 887, de 24 de FEVEREIRO de 1.961 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acôr-
de com o que decretou a Câmara Municipal,
em sessão realizada no dia 16/2/1.961, -
PROMULGA a seguinte lei: - - - - -

Art. 1º - É proibido expor ou depositar materiais, mercan-
darias ou objetos nos leitos, passeios, canteiros e refúgios-
das vias públicas do município, sob pena de apreensão dêsses
bens, sujeitos os infratores, ainda, à multa de R\$ 500,00 (qui-
nhentos cruzeiros) a R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), confer-
me o caso, e o dobro na reincidência.-

§ 1º - Os bens apreendidos serão removidos para o De-
pósito Municipal e devolvidos somente após o pagamento da mul-
ta imposta e das despesas decorrentes do depósito.-

§ 2º - Não efetuado o pagamento a que se refere o pa-
rágrafo anterior, os bens apreendidos e não reclamados dentro
de 8 (oito) dias serão levados a leilão público previamente -
anunciado por edital afixado no local de costume e publicado-
pela imprensa.-

§ 3º - Se o produto do leilão, que será efetuado uma
só vez, for insuficiente para o pagamento da multa e demais -
despesas, será êle recolhido nos cofres municipais como depó-
sito por conta do infrator, prosseguindo-se, em seguida, à co-
brança do débito, nos termos da legislação vigente.-

§ 4º - Os bens apreendidos que apresentarem sinais de
deterioração antes de serem vendidos, serão inutilizados, a
critério do Diretor da Repartição a que estiver subordinado o
Depósito Municipal.-

§ 5º - A proibição contida neste artigo não se aplica
à exposição ou venda de mercadorias nos locais e dias em que
se realizem as feiras livres.-

§ 6º - O produto da venda, deduzidas as quantias men-
cionadas no artigo seguinte, será escriturado na conta "Depó-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



LEI 887/1961
Fls. 3/4

sitos" para devolução ao infrator.-

§ 7º - Se os bens apreendidos forem de rápida deterioração, serão entregues às instituições beneficentes da cidade, fazendo constar do termo esta circunstância.-

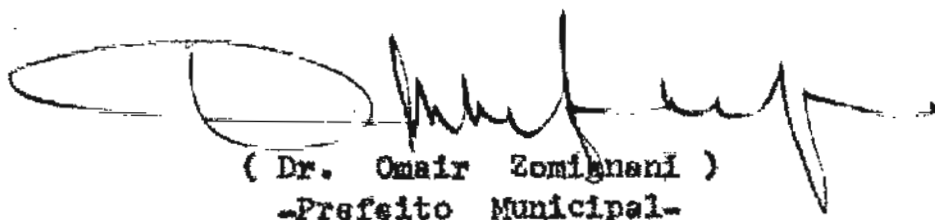
Art. 2º - É vedado transitar com veículos a motor, bicicletas, veículos puxados e animais de sela, nos passeios, cantais e refúgios das vias públicas do município, ou estacioná-los nesse local, embora não impeça o trânsito de pedestres, ficando sujeitos os infratores à multa de R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) e R\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) conforme o caso, e o dobro na reincidência, além da remoção compulsória para o Depósito Municipal e o pagamento dessa despesa e de outras - que der causa.-

§ 1º - Nenhum veículo ou semovente acima referido poderá ser retirado do Depósito Municipal, sem o depósito da multa imposta, pagamento das despesas de remoção e de outras - que forem apuradas.- Após o decurso de seis meses fica o Diretor da Repartição a que estiver subordinado o Depósito Municipal, autorizado a vender em leilão os veículos ou semoventes - não retirados, isso após notificação administrativa.-

§ 2º - A proibição referida neste artigo não se aplica a "carrinhos de criança", bicicletas destinadas a crianças até 8 (oito) anos de idade e carros para enfermos e paralíticos.-

Art. 3º - As multas estabelecidas nesta lei serão aplicadas aos proprietários dos bens mencionados nos artigos 1º e 2º ou a ele e ao agente material do ato, concomitantemente, conforme o caso, atendidas as disposições da Lei 24/48 no que se refere aos autos de multa e apreensão.-

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-



(Dr. Omair Zomignani)
-Prefeito Municipal-

19
LEI 887/1961
Fls. 4/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal
de Jundiaí, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de -
mil novecentos e sessenta e um.-


(Arelde Moraes Junior)
Diretor Administrativo

rf.